

TRABALHO REPRODUTIVO E CAPITALISMO: A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE CRÍTICA

REPRODUCTIVE LABOR AND CAPITALISM: SOCIAL REPRODUCTION THEORY AS A TOOL FOR CRITICAL ANALYSIS

TRABAJO REPRODUCTIVO Y CAPITALISMO: LA TEORÍA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL COMO HERRAMIENTA DE ANÁLISIS CRÍTICO

Veronica Marques da Costa Berdague¹

RESUMO: Este artigo analisa a Teoria da Reprodução Social (TRS) como uma abordagem fundamental para compreender a interdependência entre o trabalho produtivo e reprodutivo no capitalismo. Com base nos estudos de Lisa Vogel, Silvia Federici e Tithi Bhattacharya, uma pesquisa evidencia como a invisibilização e desvalorização do trabalho reprodutivo, exercido majoritariamente por mulheres, sustentam a acumulação capitalista. A partir de uma perspectiva feminista marxista, o artigo discute a relação entre gênero, classe e raça na estruturação da exploração da força de trabalho, destacando a necessidade de integrar as lutas por reconhecimento e valorização do trabalho reprodutivo à luta de classes. O TRS, ao propor uma visão ampliada do capitalismo, desafia a dicotomia entre esfera pública e privada, revelando contradições e caminhos para uma transformação social mais equitativa.

Palavras Chaves: Reprodução Social. Trabalho Reprodutivo. Tithi Bhattacharya.

ABSTRACT: This article analyzes Social Reproduction Theory (SRT) as a fundamental approach to understanding the interdependence between productive and reproductive labor under capitalism. Drawing on the works of Lisa Vogel, Silvia Federici, and Tithi Bhattacharya, the research highlights how the invisibilization and devaluation of reproductive labor, predominantly performed by women, sustain capitalist accumulation. From a Marxist feminist perspective, the article discusses the relationship between gender, class, and race in structuring labor exploitation, emphasizing the need to integrate struggles for recognition and valuation of reproductive labor into class struggle. By proposing an expanded view of capitalism, SRT challenges the dichotomy between the public and private spheres, revealing contradictions and pathways toward a more equitable social transformation.

Keywords: Social Reproduction. Reproductive Labor. Tithi Bhattacharya.

RESUMEN: Este artículo analiza la Teoría de la Reproducción Social (TRS) como un enfoque fundamental para comprender la interdependencia entre el trabajo productivo y reproductivo en el capitalismo. Basándose en los estudios de Lisa Vogel, Silvia Federici y Tithi Bhattacharya, la investigación destaca cómo la invisibilización y la devaluación del trabajo reproductivo, realizado predominantemente por mujeres, sostienen la acumulación capitalista. Desde una perspectiva feminista marxista, el artículo discute la relación entre género, clase y raza en la estructuración de la explotación de la fuerza de trabajo, enfatizando la necesidad de integrar las luchas por el reconocimiento y la valorización del trabajo reproductivo en la lucha de clases. Al proponer una visión ampliada del capitalismo, la TRS desafía la dicotomía entre la esfera pública y privada, revelando contradicciones y caminos hacia una transformación social más equitativa.

Palabras clave: Reproducción Social, Trabajo Reprodutivo, Tithi Bhattacharya.

¹Mestranda, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Oeste Paranaense (UNIOESTE).

INTRODUÇÃO

A Teoria da Reprodução Social (TRS) tem se consolidado como uma abordagem essencial para compreender a relação entre o capitalismo e as formas de opressão que atravessam a classe trabalhadora. Desde os estudos pioneiros de Lisa Vogel até os desenvolvimentos contemporâneos propostos por autoras como Tithi Bhattacharya, a TRS tem buscado integrar, de forma unitária, a análise da produção capitalista com a reprodução da força de trabalho e as múltiplas formas de exploração relacionadas ao gênero, raça e classe. Essa perspectiva permite desvelar a interdependência entre as esferas produtiva e reprodutiva, desafiando a separação tradicional entre economia e vida social.

O volume "Teoria da Reprodução Social: Remapear a Classe, Recentralizar a Opressão", organizado por Tithi Bhattacharya e publicado no Brasil em 2023, representa um esforço significativo para aprofundar essa abordagem. O livro reúne ensaios que analisam como o capitalismo estrutura a exploração da força de trabalho de maneira interseccional, incorporando discussões sobre raça, sexualidade e cidadania. Bhattacharya argumenta que o trabalho humano, em sua totalidade, é o centro da criação e reprodução da sociedade e que a produção de mercadorias e a produção da vida são processos interligados. Esse entendimento rompe com leituras reducionistas do marxismo e propõe uma concepção ampliada da luta de classes, que não se limita ao local de trabalho, mas se estende a todas as esferas da vida social.

1152

Diante disso, o trabalho doméstico sempre desempenhou um papel fundamental na reprodução da força de trabalho capitalista, garantindo que os trabalhadores assalariados estivessem aptos para a produção. No entanto, esse trabalho, majoritariamente exercido por mulheres, segue sendo invisibilizado e desvalorizado. Este artigo propõe uma análise da naturalização do trabalho doméstico e de sua relação com a reprodução social. Apesar de ser indispensável para o funcionamento do sistema produtivo, ele é marginalizado e não reconhecido como trabalho produtivo, pois não gera lucro diretamente para o capital. Marx define a força de trabalho como uma mercadoria especial, sendo a capacidade de trabalho que o capitalista encontra no mercado e aplica à produção de mais valia. Segundo ele essa mercadoria tem um valor determinado, como no caso de qualquer outra pelo tempo de trabalho necessário para a produção desse artigo específico, portanto,

Embora nessa definição o valor da força de trabalho seja a soma dos valores de uso que se representam no tempo de trabalho, outra maneira de defini-lo é apontando o valor correspondente à soma dos valores de troca necessários para a sua reprodução: o salário (Oran, 2023, p. 236).

A força de trabalho, nesse artigo, foi entendida como uma atividade realizada por seres humanos que envolve o uso de habilidades, conhecimentos e energia para produzir bens ou serviços. No contexto econômico, trabalho é um fator de produção que contribui para a criação de valor, e geralmente é remunerado através de salários ou outras formas de compensação. Contudo, nenhuma dessas interpretações é capaz de explicar bens e serviços que possuem valor de uso, mas não valor de troca, como as atividades domésticas reprodutivas ou serviços estatais. Serap Saritas Oran (2023) explica que a força de trabalho não é meramente reproduzida por meio de bens e serviços produzidos nas relações capitalistas. A reprodução dessa força também requer provisões e processos não capitalistas como os serviços domésticos, ou seja, o valor da força de trabalho está associado a um padrão de vida necessário para a reprodução social de trabalhadores fora do controle direto ou da influência, das relações de reprodução (Oran, 2023). O autor enfatiza que o valor da força de trabalho está relacionado a processos mais amplos de reprodução social que determinam seu valor em relação à classe capitalista, ao Estado e a família.

Silvia Federici (2021) brilhantemente aponta que:

O trabalho doméstico é muito mais que limpar a casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (Federici, 2021, p. 28-29).

1153

A disponibilidade de mão de obra disciplinada é condição essencial para a produção em todos os estágios do desenvolvimento capitalista. Independente do país desenvolvido ou não, Federici afirma que a função que nós mulheres exercemos para o capital é a mesma. E nesse interim, conseguir um emprego assalariado nunca nos liberou do trabalho doméstico. Aliás, quando conseguimos um trabalho bem remunerado aprisionamos outras mulheres para exercer esse trabalho socialmente invisível. São diversas as contradições que marcam os serviços domésticos remunerados e uma delas é de ser um trabalho remunerado e de reprodução. Soratto (2006) explica que isso acontece porque os serviços domésticos remunerados ficam entre as atividades de reprodução próprias da vida privada, mas são realizados como trabalho assalariado. Desse modo, a consequência é que a empregada doméstica é uma trabalhadora assalariada em um lugar que não é o da mercadoria e do mercado. Segundo a autora, duas lógicas se confrontam nesse espaço. Como não é lugar de mercadoria, de lucro, o trabalho não tem

preço no mercado, a empregada não tem carreira, o trabalho não dá status social e o reconhecimento profissional é pouco. A desvalorização que marca a categoria decorre dessa contradição. Por mais que a atividade seja importante, e mesmo quando valorizada e reconhecida no espaço privado, esta não se realiza no espaço público onde os valores são produzidos e colocados em circulação,

As empregadas domésticas, embora tenham um emprego e saiam de casa para trabalhar todos os dias, permanecem no espaço privado de outra pessoa e não participam do mercado como outros trabalhadores. Ser empregada doméstica significa conviver com essa contradição” (Soratto, 2006, p. 316).

A desvalorização do trabalho doméstico remunerado, evidenciada pelas contradições que o caracterizam, está diretamente ligada à concepção mais ampla da reprodução social. O feminismo marxista nos mostra que esse trabalho vai além da esfera privada e da simples manutenção do lar, pois sustenta toda a estrutura social necessária para a continuidade do capitalismo. Assim, não se trata apenas de um serviço prestado dentro de uma casa, mas de um pilar essencial para a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para a acumulação de capital. Nesse contexto, adicionando a TRS aos marcadores sociais como raça, classe, geração, etc. é possível verificar um atravessamento nessa divisão do trabalho que se torna fundamental para uma análise crítica da exploração das mulheres, especialmente aquelas pertencentes às camadas mais vulneráveis da sociedade.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: TRABALHO, OPRESSÃO E LUTA DE CLASSES

O trabalho doméstico remunerado ou não, que o feminismo marxista cunhou de reprodução social vai para além da capacidade reprodutiva das mulheres de gerar outro ser humano. A ela é imposto o caráter de reprodução social da vida, que segundo Arruza; Bhattacharya e Fraser:

Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.73)

Atualmente entendida de três maneiras principais, a reprodução social abarca: a reprodução biológica de pessoas, como amamentação, barriga de aluguel, gravidez; a reprodução da força de trabalho, por exemplo, o trabalho não remunerado de cozinhar, de assistência e de limpeza; e indivíduos e instituições que realizam trabalho assistencial remunerado, como assistência pessoal domiciliar, camareiras, empregadas domésticas remuneradas. Segundo

Carmen Teeple Hopkins (2023) essa definição teve avanços significativos ao considerar os modos pelos quais os status de raça e cidadania afetam a reprodução social paga. O autor aponta que mulheres racializada da classe trabalhadora e trabalhadoras imigrantes realizam muitos tipos de tarefas remuneradas relacionadas aos serviços domésticos.

O referencial de reprodução social mostra como o trabalho doméstico, remunerado ou não, é de extrema importância para a sobrevivência do capitalismo:

A sociedade capitalista é composta de dois imperativos inextricavelmente entrelaçados, mas mutualmente opostos – a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos que chamamos de produção de pessoas. “Reprodução social” diz respeito ao segundo imperativo. Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.73).

Esse trabalho é feito fora do sistema nas relações familiares feito quase que exclusivamente pelas mulheres e são mulheres por dois motivos, o primeiro é óbvio que nós somos capazes de abastecer o capitalismo com novos trabalhadores, só nós mulheres temos a capacidade de gerar vidas e segundo é que ao longo da história os trabalhos de cuidado foram marcados como femininos.

A reprodução social é fruto dos debates feministas-marxistas iniciados na década de 1980 com Lise Vogel que se esforçou para recuperar e desenvolver a teoria de Marx, de que a reprodução social se refere aos processos da reprodução da totalidade do modo de produção capitalista (tanto no público quanto no privado), Vogel buscou tentar “compreender a conexão entre as relações sociais de opressão, alienação, dominação e exploração no capitalismo (Fonseca, 2019, p. 288). O questionamento principal de Vogel foi de, como a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. A análise de Vogel se deu na “relação estrutural existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho não-remunerado” (Fonseca, 2019, p. 279). A TRS vem ganhando importância no Brasil nos últimos anos, com o esforço de intelectuais feministas marxistas que tem trabalhado tanto nas traduções de obras relacionadas ao tema quanto na elaboração de análises que inserem a abordagem TRS problemáticas ligadas à realidade da periferia do capitalismo.

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca (2019) fez uma breve análise dos caminhos trilhados e das contribuições que auxiliaram no desenvolvimento e aprimoramento de uma proposta unitária da Teoria da Reprodução Social (TRS) que teve Vogel como precursora, mas também

Martha Gimenez, Johanna Brenner com escritos a partir de 1980 e mais recentemente Susan Ferguson, David McNally e Tithi Bhattacharya. Fonseca (2019) aponta que a primeira contribuição da TRS foi trazer ao debate o princípio fundamental da força motora capital, o trabalho humano. Ao fazer isso a teoria expôs a fragilidade do entendimento do que é a esfera econômica, que comumente é creditado apenas ao caráter produtivo, e ao fazer isso ela revelou algo inerente à condição humana: as pessoas precisam ser produzidas e tarefas de gestar a vida, como cuidar e manter seres humanos dispense grande parte do tempo, de recursos e trabalho que majoritariamente “foi relegada ‘à família’, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como ‘cuidado’ em oposição a ‘trabalho’, realizada por ‘amor’ em oposição ao dinheiro” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.75).

De acordo com Fonseca (2019) se a economia formal é o local da produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas se produzem a si mesmas fora do âmbito da economia formal a um custo muito baixo para o capital. Desse modo o que a TRS evidenciou, é que o trabalho assalariado para a produção de lucro, não existiria sem o trabalho reprodutivo não-remunerado da produção de pessoas realizado majoritariamente pelas mulheres. E é essa perspectiva que abriu espaço para a reflexão e produção de uma segunda contribuição elencada por Fonseca (2019) onde a “dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública/econômica e a segunda ligada à esfera privada/social/ cultural, é uma dicotomia superficial” (Fonseca, 2019, p. 289). Superficial pois, segundo a TRS, o trabalho realizado na esfera econômica (geralmente voltada ao local de trabalho) e na esfera social (o lar) deve ser teorizado de maneira integrada, o que culmina numa terceira contribuição de que, independentemente da forma como as atividades de reprodução acontecem nas diferentes sociedades capitalistas, elas estão subordinadas ao capital, ou seja, ao impulso que subordina a vida à produção do lucro (Fonseca, 2019).

1156

Nesse sentido, a autora trouxe a contradição levantada pela TRS de que, se de um lado existe a necessidade do sistema capitalista se sustentar por meio do seu próprio processo de obtenção de lucro de outro ele se contradiz pela necessidade dos seres humanos se sustentarem por meio de processos de produção de pessoas. Essa contradição culmina no fato de que para obter mais lucros o capital tende a precarizar cada vez mais as condições de reprodução da força de trabalho (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

A Teoria da Reprodução Social (TRS) oferece uma análise crítica e profunda da interdependência entre o trabalho reprodutivo e a economia capitalista. Ao destacar a

importância do trabalho doméstico, tanto remunerado quanto não remunerado, para a sustentação e reprodução do sistema capitalista, a TRS revela como as atividades de cuidado e manutenção da vida são essenciais para a sobrevivência e expansão do capitalismo. As contribuições de teóricas feministas-marxistas, como Lise Vogel e outras, enfatizam a necessidade de integrar a análise do trabalho reprodutivo com a produção econômica, desafiando a dicotomia superficial entre esfera pública e privada. Essa perspectiva evidencia a contradição intrínseca do capitalismo: enquanto o sistema busca maximizar lucros, ele precariza as condições de reprodução da força de trabalho. Assim, a TRS não apenas enriquece nossa compreensão das dinâmicas econômicas e sociais, mas também aponta para a urgência de reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo como fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE – TITHI BHATTACHARYA

Os recentes desenvolvimentos da teoria da reprodução social têm se concentrado em enfrentar os desafios da construção de uma abordagem unitária que integre as relações de produção e as relações de opressão no capitalismo. Nesse sentido, vários autores têm expandido a investigação iniciada por Vogel (2022) para incorporar não apenas a questão da opressão das mulheres, mas também questões relacionadas a raça, gênero, sexualidade, cidadania, entre outras. Isso tem gerado diálogos interessantes com outros campos do pensamento, como as teorias pós-coloniais, a teoria da interseccionalidade e a teoria Queer. Desde o início do século XXI, uma ampla gama de autores e autoras tem contribuído para o desenvolvimento da proposta de Vogel (2022), neste trabalho optei em expor as contribuições contemporâneas da Teoria da Reprodução Social no volume organizado por Tithi Bhattacharya: *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*, publicado originalmente em 2017, traduzido e publicado no Brasil pela editora Elefante em 2023. O livro reúne os escritos de dez autores, e foca em abordar o problema da construção de uma teoria unitária que considere as múltiplas relações de opressão à luz da conjuntura neoliberal, sobretudo pós-crise de 2007-2008, representando um grande esforço neste sentido. Tithi Bhattacharya é professora associada de História e diretora de estudos globais na Purdue University. Ela é especialista em História Moderna do Sul da Ásia e ativista de longa data pela justiça Palestina. Ela escreve

extensivamente sobre a teoria marxista, gênero e a política da islamofobia, além de aprofundar sua escrita na teoria da reprodução social.

CENTRALIZAR A OPRESSÃO FEMININA

A abordagem contemporânea da TRS tem como ideia fundamental, que o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo. Bhattacharya (2023) aponta que em sua obra a noção de trabalho é concebida no sentido original concebido por Karl Marx, ou seja, sendo “a primeira premissa de toda a história humana” (Bhattacharya, 2023, p. 18). A TRS recupera o objetivo inicial de tornar visível o trabalho que é analiticamente deixado de lado pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas públicas. O trabalho é entendido em sua totalidade e complexidade humanas, indo além do trabalho produtivo. Ele engloba também o trabalho reprodutivo, sendo conceituado e integrado em um conjunto mais amplo e total das relações de trabalho. A partir dessa premissa fundamental, é possível considerar os processos que envolvem o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo não como instâncias separadas e sem conexão, mas sim como partes de um mesmo processo que mantém a sociedade e as relações cotidianas, tanto individuais quanto coletivas, dentro do capitalismo. Como aponta a autora “os teóricos da reprodução social compreendem a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo” (Bhattacharya, 2023, p. 19).

1158

Bhattacharya (2023) afirma que a teoria deu continuidade ao entendimento tradicional do marxismo e do capitalismo de duas maneiras transformadoras. A primeira propõe uma leitura mais específica, da economia. Marx ressalta o papel central desempenhado pela força de trabalho, sendo esta a responsável por acionar o processo de produção capitalista. Ele também aponta como, a mercadoria única da força de trabalho é singular, isto é, não se produz de forma capitalista (Bhattacharya, 2023). A autora aponta que as implicações dessa visão são subdesenvolvidas em Marx. No entanto, os teóricos da reprodução social tomam como ponto de partida esses silêncios no marxismo e mostram:

Como a produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado (...) se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem essas coisas são elas próprias produzidas fora do âmbito da economia formal, em uma entidade baseada em relações de parentesco chamada família (Bhattacharya, 2023, p. 19).

O segundo ponto dessa nova guinada da TRS diz respeito às questões de opressão (gênero, raça, classe, sexualidade) de forma não funcionalista, já que a opressão é teorizada

como estruturalmente relacionada, sendo assim, moldada pela produção capitalista, não colocando as opressões às margens da análise ou como complemento de um processo econômico mais profundo e vital (Bhattacharya, 2023). Os ensaios que compõe a obra exploram questões que sobre a constituição atual da classe trabalhadora global em toda sua subjetividade, diferentes etnias, multigenerificada e com diferentes capacidades. A autora ainda aponta que os autores colaboradores da obra:

Abordam a relação entre *exploração* (em geral ligada à classe) e *opressão* (normalmente compreendida por gênero, raça etc.) e refletem se essa divisão expressa adequadamente as complicações de um *nível abstrato* de análise, em que forjamos nosso equipamento conceitual, e de um *nível concreto* de análise, ou seja, a realidade histórica em que aplicamos essas ferramentas (Bhattacharya, 2023, p. 20, grifos da autora).

É importante frisar que Bhattacharya (2023), assim como Vogel, publicam e republicam suas obras num período de fortes crises e diante desse cenário há um interesse renovado em Marx e no marxismo. Em meio ao impulso generalizado, nasceu uma atenção mais específica para *O capital*, de Marx. E é nesse sentido que Bhattacharya (2023) aponta que embora seja um avanço, é preciso aprofundar mais sobre seu principal assunto, o capitalismo. A autora aponta que há uma literatura feminista marxista limitada, mas rica, que desenvolveu o entendimento da estrutura da reprodução social em direções muito produtivas. Ela ainda expõe que o volume mantém uma relação muito característica com a literatura sobre o tema da opressão. A obra é um avanço da teoria com o corpo de estudos de duas formas: como um diálogo entre o marxismo e o estudo de opressões específicas; e o marxismo, como corpo de pensamento, pode abordar a relação entre teoria e estudos empíricos da opressão de várias maneiras, especialmente ao considerar as contribuições de teorias críticas e interseccionais. Isso significa que a obra levanta duas propostas centrais sobre a TRS: (i) uma metodologia para explorar o trabalho e a força de trabalho no capitalismo, sendo mais adequada para oferecer um quadro farto e variado do capital como uma relação social e (ii) esta metodologia privilegia o processo (Bhattacharya, 2023).

A teoria contemporânea da reprodução social levanta uma questão complexa ao considerar que a força de trabalho é a única mercadoria produzida fora do circuito da produção de mercadorias. Isso levanta mais questões do que respostas. Se todas as mercadorias sob o capitalismo têm uma dupla manifestação – uma vez que, como vimos, o processo de circulação simples, por meio de um ato de “necromancia”, transforma o valor de uso em seu oposto – o que acontece com a força de trabalho para que ela se torne uma mercadoria (ou seja, algo que não é dotado de valor de uso) sem passar pelo mesmo processo de “necromancia” de outras

mercadorias? Para Bhattacharya (2023), essa questão levanta uma problemática sobre a própria ontologia da força de trabalho: “se a totalidade do sistema capitalista é atingida por essa ‘mercadoria’ que não é produzida à maneira de outras, quais são os pontos de determinação e/ou contradições necessariamente constitutivos do sistema, mas que devem ser superados dentro dele?” (Bhattacharya, 2023, p. 25).

Uma abordagem possível para essa questão é a compreensão espacial que reconhece a existência de dois espaços distintos, porém interconectados: os espaços de produção de valor (locais de produção) e os espaços de reprodução da força de trabalho. Contrariamente à ideia simplista de que a força de trabalho é meramente reabastecida em casa e reproduzida de forma geracional, como argumentado por Vogel (2022), há espaços públicos de reprodução, como orfanatos e internatos, e a reposição geracional pode ocorrer por meio de escravidão ou imigração. A teoria contemporânea da reprodução social enfatiza que certos estudos, como os que investigam a relação entre o capital e a infância, ou sobre aposentadorias, mostram a natureza ilusória das separações espaciais entre produção (espaço público) e reprodução (esfera privada). Embora os espaços de produção de valor e de reprodução da força de trabalho possam estar fisicamente separados, eles estão unidos teórica e operacionalmente, representando formas particulares e históricas de manifestação do capitalismo. Portanto, o trabalho realizado nessas duas esferas - econômica (normalmente associada ao "local de trabalho") e social (identificada como o "lar") - deve ser concebido de forma integrada (Bhattacharya, 2023).

1160

Ao descrever os espaços de produção e reprodução social como formas particulares e históricas de aparência, a teoria contemporânea da reprodução social reaproxima sua proposta inicial da noção marxiana de totalidade social. Todas as contribuições do volume editado por Bhattacharya (2023) refletem sobre a questão das esferas separadas enquanto formas históricas de aparência. Nas palavras da autora:

Se, como propomos, a separação espacial entre produção (pública) e reprodução (privada) é uma forma histórica de aparência, então o trabalho realizado em ambas as esferas também deve ser teorizado de modo integrado. O exemplo marxista clássico de descrição da relação entre as duas formas de trabalho é a discussão de Marx sobre a jornada laboral. A redução da jornada (tempo de produção), para ele, é o primeiro passo para a humanidade desenvolver qualquer noção rudimentar de liberdade ou de próprio potencial. No terceiro volume de *O Capital*, ele argumenta que “o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas [...]”. A redução da jornada de trabalho é a condição básica”. (MARX, 1991, p.958-9 [2017, p882-3]). Ele notoriamente descreve os efeitos da alienação na esfera produtiva, quando “o trabalhador só se sente [...] junto a si [quando] fora do trabalho, e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa.” (MARX, 1959, p. 74 [2004, p.83]). Alguns estudiosos chegaram a afirmar que o trabalho concreto, em oposição ao trabalho abstrato, é não

alienante, pois não produz lucro ou troca (HOLLOWAY, 2010a [2013]). Esse tipo de interpretação confunde a relação entre “trabalho” e “lazer”, proposta pelo senso comum com a oposição marxista entre trabalho abstrato e concreto. Por exemplo, posso fazer jardinagem em meu próprio quintal durante o fim de semana (trabalho concreto) e trabalhar na Starbucks durante a semana (trabalho abstrato). A jardinagem é não alienante então? Uma leitura rigorosa de Marx pode sugerir o contrário (Bhattacharya, 2023, p. 28-29).

Para a autora, Marx propõe que a execução do trabalho concreto é influenciada ou determinada por relações sociais alienadas nas quais esse trabalho está inserido. Mesmo atividades como jardinagem, realizadas como um hobby, não são completamente livres de determinações externas; ao contrário, elas precisam se adequar às demandas temporais e objetivas de outras relações sociais (por exemplo, nos fins de semana ou nos dias de folga). Portanto, no capitalismo, onde o trabalho assalariado predomina e se estende aos espaços da vida cotidiana não remunerada, essas relações sociais alienadas exercem uma influência significativa, “o tempo da reprodução deve necessariamente responder aos impulsos estruturantes do tempo da produção” (Bhattacharya, 2023, p. 30).

Bhattacharya (2023) destaca que os impulsos estruturantes não se limitam simplesmente às esferas produtiva e reprodutiva. Embora o capitalismo imponha restrições em ambas as esferas, também é forçado a ceder algum controle sobre o tempo da reprodução. Isso se deve ao fato de que o trabalhador é considerado livre e a reprodução deve ocorrer fora do local de trabalho. A autora argumenta que Marx reconhece esse aspecto do capitalismo, mas não o desenvolve completamente em sua teoria. “O capitalismo gera, então, um conjunto de duas relações distintas, que, no entanto, são, unificadas: as que aderem à produção e à reprodução” (Bhattacharya, 2023, p. 31). Ressalta-se aqui que a descrição do método de Marx, ou seja, a prática dialética marxiana, é útil para abordar essa unidade contraditória, na medida em que permite ver o todo na parte e assim relacionar todas as relações particulares como aspectos no desdobramento completo de qualquer uma delas.

Assim, apesar de os teóricos da reprodução social não formarem uma tradição política ou teórica unificada dentro do marxismo, eles compartilham uma preocupação com um aspecto específico da reprodução do ciclo de produção capitalista: a produção e reprodução da força de trabalho, que foi subteorizada por Marx. Seu objetivo não é apenas explorar a relação entre as relações sociais estabelecidas pelo mercado e as relações sociais extramercantis; trata-se também de desenvolver a teoria do valor-trabalho de Marx em uma direção particular. A teoria da reprodução social busca entender principalmente como as categorias de opressão, como gênero, raça, capacidade etc., são coproduzidas simultaneamente à produção de mais-valia.

Nesse aspecto, “procura superar as representações reducionistas ou deterministas do marxismo e, ao mesmo tempo, expor criativamente a totalidade orgânica do capitalismo como sistema” (Bhattacharya, 2023, p. 34). A TRS continua sendo a única a teorizar a relação entre o mercado e as relações externas ao mercado, em vez de simplesmente apontar para sua distinção.

DEFENDENDO UMA TEORIA DA TOTALIDADE

A concepção da teoria da reprodução social enquanto aquela que busca identificar a relação entre as categorias mercadológicas e não-mercadológicas traz à luz o problema da realidade, e, portanto, da relação entre aparência e essência. Bhattacharya (2023) expõe a questão da seguinte forma:

Por exemplo, a realidade que vejo me diz que a trabalhadora e seu chefe são fundamental e juridicamente iguais, e a diferença de seus salários ou situações de vida são consequências de escolhas pessoais. Assim, uma versão um pouco mais sombria da mesma realidade me diz que, como trabalhadores brancos no Norte Global geralmente ganham mais do que trabalhadores de cor, nunca pode haver motivos comuns de luta que os unam, pois a diferença real, material, empiricamente documentada entre eles sempre alimentará o racismo branco. O mesmo pode ser dito sobre as diferenças materiais reais entre homens e mulheres. Essas situações muito palpáveis são interessante, porque tentar desafiá-las *dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo* - ou realidade capitalista - teria duas consequências: ou o fracasso (como nos inúmeros casos históricos em que o sexismo e / ou racismo dominam ou sufocam o movimento dos trabalhadores) ou uma estratégia política para superar essas diferenças de raça/gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo às pessoas que “façam a coisa certa”, mesmo que não seja de seu interesse imediato fazê-lo - embora o trabalhador do sexo masculino ganhe mais do que sua contraparte feminina, ele deve entrar em benefício dela, porque é a coisa certa a se fazer, mesmo que não promova seus próprios interesses (Bhattacharya, 2023, p. 35-36, grifos da autora).

A autora ainda contrapõe essa visão trazendo Marx que argumenta que, tentar agir com base em um conhecimento empírico e factual da realidade, tal como ela é percebida, envolve um erro de categoria. Em vez disso, ele nos apresenta uma ideia mais desconcertante: a realidade que percebemos é apenas uma verdade parcial, que aparece para nós de uma forma historicamente específica. Bhattacharya (2023) afirma que *O Capital* se preocupa em demonstrar essa “diferença entre a experiência cotidiana dos fenômenos de superfície, determinada pelo modo de produção predominante, e uma análise científica que submerge nessa superfície para apreender uma essência” (Bhattacharya, 2023, p. 36). Precisamos, portanto, de “ciência” para compreender completamente os fenômenos que permanecem ocultos por trás dessa aparência do real.

Nesse sentido, a teoria contemporânea da reprodução social se aproxima da noção marxiana da totalidade social. Ela argumenta que duas conclusões importantes podem ser

extraídas dessa discussão: em primeiro lugar, que a forma como a realidade se manifesta em sua totalidade racializada e generificada não é acidental nem completa; e em segundo lugar, que nossas ferramentas para compreender essa realidade não podem se basear apenas na rejeição dos fatos empíricos nem na simples agregação deles (Bhattacharya, 2023).

A autora aponta que autores contemporâneos da teoria da reprodução social enfatizam a importância de entender a totalidade social como um todo orgânico, e não apenas como uma soma de partes, devido à sua implicação no campo da práxis e da organização política. Eles destacam que há uma contradição insolúvel e em constante agravamento entre o processo de produção capitalista, que visa à valorização do valor e não ao desenvolvimento social do trabalho, e as necessidades reprodutivas dos trabalhadores. Assim, uma compreensão integrada do capitalismo e das relações de opressão como um todo orgânico é fundamental para as lutas contra o capital e influencia diretamente as possibilidades de unidade da classe trabalhadora. A compreensão da totalidade como algo orgânico, e não como uma agregação de partes, é importante porque tem implicações materiais reais em nossas escolhas de ações neste mundo. Por exemplo, duas perguntas têm sido centrais para as mobilizações sociais hoje: “as lutas contra o racismo e o sexismo estão interna ou externamente relacionadas? O trabalhador branco tem um interesse material, não moral, em desafiar o racismo?” (Bhattacharya, 2023, p. 39).

1163

Bhattacharya (2023) busca desenvolver respostas a essas perguntas ao reconstruir o significado da categoria classe trabalhadora sob a perspectiva da teoria da reprodução social. Para isso, ela analisa essa categoria por meio do processo histórico de sua formação, visando abordar a totalidade conceitual e estratégica da relação entre as lutas no local de trabalho e as lutas que surgem fora do ponto de produção. Ao teorizar sobre a classe trabalhadora, a autora expõe:

É essencial reconhecer que os trabalhadores existem além do local de trabalho. O desafio teórico, portanto, reside em entender a relação entre essa existência e a vida produtiva sob o domínio direto do capitalista. O relacionamento entre essas esferas, por sua vez, nos ajudará a considerar as direções estratégicas para a luta de classes (Bhattacharya, 2023, p. 120).

Bhattacharya (2023), em uma breve releitura do significado da esfera econômica em Marx espaços de produção, trocas e circulação de mercadorias, enfatiza-a “como uma relação social (...) que envolve dominação e coerção, ainda que formas jurídicas e instituições políticas procurem ocultar essa dinâmica” (Bhattacharya, 2023, p.123). A autora retoma à três afirmações, a partir disto, sobre a economia: (i) a economia como a vemos é, segundo Marx, superficial; (ii)

a aparência, imersa na retórica de igualdade e liberdade, esconde uma realidade onde reina a dominação e a coerção, e essas relações formam o eixo central do capitalismo; (iii) que o econômico também é, uma relação social, uma vez que o poder necessário para submeter o trabalhador a modos de dominação, também é necessário um poder político (Bhattacharya, 2023). A intenção dessa coerção e dominação, e o ponto crucial da economia capitalista considerada como uma relação social, é levar o trabalhador a produzir mais do que o valor de sua mão de obra.

A partir do entendido sobre economia e mão de obra Bhattacharya (2023) recupera a noção de reprodução social desenvolvida por Vogel (2022), sobretudo a perspectiva de ela é realizada fora da esfera da produção capitalista. Para Vogel (2022), o campo historicamente predominante para a reprodução da força de trabalho é a unidade familiar. Ela desempenha papel fundamental na reprodução biológica (substituição geracional) e na recuperação do trabalhador (comida, abrigo, cuidados psíquicos). Ambas as funções, no capitalismo, são desproporcionalmente executadas pelas mulheres e são a fonte de sua opressão nesse sistema. No entanto, Bhattacharya (2023) afirma que a força de trabalho não é simplesmente reabastecida em casa e nem reproduzida sempre de forma geracional: “a família pode ser o local da renovação individual da força de trabalho, mas isopor si só não explica sob quais condições e (...) com quais costumes e exigências de vida a classe trabalhadora de qualquer sociedade em particular foi produzida” (Bhattacharya, 2023, p. 127). Diversas outras relações e instituições sociais podem compor o circuito de reprodução social, como os sistemas públicos de educação e saúde, instalações de lazer comunitárias, pensões e benefícios para idosos etc. De mesmo modo, a substituição geracional por meio do parto na unidade familiar de parentesco não é o único modo de substituir a mão de obra, escravidão e imigração são duas das maneiras mais comuns pelas quais o capital substituiu o trabalho dentro das fronteiras nacionais. Neste ponto, Bhattacharya (2023) chama a atenção para o caráter do conteúdo envolvido pelas necessidades reprodutivas. Ela traz um exemplo de uma cesta de mercadorias, que contém comida, abrigo, educação, assistência médica etc. No entanto esta cesta varia de tamanho e conteúdo de acordo com a raça, a nacionalidade e o gênero dos trabalhadores. Olhar para a cesta de mercadorias dos trabalhadores revela que as relações sociais entre o local de trabalho, o lar, as escolas, os hospitais, possuem um todo social mais amplo, “sustentado e coproduzido pelo trabalho humano de maneiras contraditórias, porém constitutivas” (Bhattacharya, 2017, p. 128).

A autora justifica então que aquilo que parece constituir duas esferas separadas, espaços de produção de valor (ponto de produção) e espaços de reprodução da força de trabalho, na realidade constituem formas históricas particulares de aparência expressadas pelo capitalismo. Elas podem coincidir espacialmente, como é o caso das escolas públicas: “funcionam como locais de trabalho ou pontos de produção e como espaços onde a força de trabalho (do futuro trabalhador) é socialmente reproduzida” (Bhattacharya, 2017, p. 129). Ao conceituar ambas as esferas como formas históricas particulares de aparência, Bhattacharya (2023) se aproxima da noção marxiana de totalidade social e contrapõe a visão dominante de que haveria uma separação entre as duas esferas. Nas palavras da autora:

Essa compreensão do teatro do capitalismo como uma totalidade é importante porque, nesse ponto do argumento no livro I de *O Capital*, Marx já estabelecia que - diferentemente da economia burguesa, que vê a mercadoria como o personagem central dessa narrativa (oferta e demanda determinam o mercado) -, na sua opinião, o trabalho é o protagonista do capitalismo. Assim, o que acontece com o trabalho - especificamente, como ele cria valor e, em consequência, mais-valia - molda a totalidade do processo capitalista de produção. ‘No conceito de valor’, diz Marx (1993, p.776 [2011, p.651]) em *Grundrisse*, ‘o segredo do capital é revelado’. A reprodução social do sistema capitalista - e é para explicar a reprodução do sistema que Marx usa o termo - não se trata, portanto, de uma separação entre a esfera não econômica e a econômica, mas de como o impulso econômico da produção capitalista condiciona o que é chamado não econômico. O não econômico inclui, entre outras coisas, que tipo de Estado, instituições jurídicas e propriedades uma sociedade tem, enquanto esses, por sua vez, são condicionados, mas nem sempre determinados, pela economia (Bhattacharya, 2023, p. 129-130 grifos da autora).

Complementando ainda o pensamento de Marx a autora ainda aponta que ele entende cada estágio particular da valorização do capital como um momento de uma totalidade que o leva a afirmar claramente em *O Capital*: “portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (Marx, 1990, p. 711 [2013, p. 641] *apud* Bhattacharya, 2023, p. 130).

A autora também destaca que, do ponto de vista teórico, separar as duas esferas retira a capacidade explicativa sobre a subordinação do trabalhador fora do ambiente produtivo. Assim, compreender os processos de produção e reprodução social de forma integrada é fundamental para a teoria da reprodução social, o que implica rever a ideia predominante de que o capital abdica de todo controle sobre o trabalhador fora do local de trabalho (Bhattacharya, 2023).

Segundo Bhattacharya (2023), no capitalismo, a relação capital-trabalho resulta da separação dos trabalhadores de seus meios de subsistência, forçando-os a vender sua força de trabalho para sobreviver. As necessidades de sobrevivência estão diretamente ligadas à

exploração capitalista. No entanto, o padrão dessas necessidades, ou seja, a cesta de mercadorias, é contingencial e determinada pela luta de classes e pelo desenvolvimento histórico de cada sociedade. Essa cesta de mercadorias, por sua vez, determina o valor da força de trabalho, que é um elemento central da produção capitalista. A luta de classes é, assim, fundamental nas relações de produção.

Para desenvolver seu argumento, Bhattacharya (2023) recorre a Lebowitz (2003), que distingue dois "momentos da produção" relacionados ao valor da força de trabalho: para o capital, ela é um meio de aumentar a mais-valia extraída; para os trabalhadores, é um meio de garantir seu desenvolvimento. Portanto, o ponto de reprodução social é um campo de conflito de classe, embora esse conflito ocorra em direções contraditórias:

Por exemplo, como orquestradora do processo de produção, a classe capitalista se esforça para limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para garantir a realização constante de mais-valia, o capital também deve criar necessidades na classe trabalhadora como consumidora e, em seguida, satisfazê-las com novas mercadorias (Bhattacharya, 2023, p. 134-135).

A expansão das necessidades de consumo dos trabalhadores é uma condição inerente à expansão capitalista. No entanto, o crescimento dessas necessidades não é absoluto; a posição da classe trabalhadora no capitalismo é relativa, existindo em relação com a classe capitalista. Portanto, qualquer mudança nas necessidades e no nível de satisfação dos trabalhadores também implica mudanças correspondentes para os capitalistas. Se o padrão de consumo das classes dominantes aumenta, aumenta também a necessidade da classe trabalhadora, que aspira a alcançar o mesmo padrão (Bhattacharya, 2023).

1166

Bhattacharya (2023) argumenta que essa necessidade faz com que a melhoria nas condições de reprodução da força de trabalho se torne uma aspiração da classe trabalhadora, um objetivo ideal. No entanto, essa meta - que envolve, essencialmente, alcançar um padrão de vida semelhante ao da classe capitalista - nunca pode ser realizada dentro do processo de produção capitalista, que visa à valorização do valor e não ao desenvolvimento pessoal do trabalhador. Assim: “o trabalhador pela própria natureza do processo, é reproduzido de modo a estar sempre *desprovido* do que necessita e, então, incorporado à teia do trabalho assalariado, sempre na luta por salários mais altos: a luta de classes.” (Bhattacharya, 2023, p. 138, grifos da autora). Esse é o ponto das implicações estratégicas da TRS, a necessidade de um entendimento integral do capitalismo nas lutas contra o capital.

Neste contexto, um dos principais desafios para a organização da classe trabalhadora é a ausência de fronteiras claras para uma luta que confronte o capital em sua totalidade.

Enquanto a luta contra o capital individual no local de trabalho apresenta atores bem definidos – de um lado, o empregador ou dono da empresa, e do outro, os empregados e os sindicatos –, o poder do capital fora do ambiente de trabalho é qualitativamente distinto. Bhattacharya traz o autor Thompson e recupera o exemplo histórico da “dieta das batatas” ou como Thompson liricamente escreveu “guerra dietética regular da classe”², para defender que lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem fora da esfera produtiva, do local e das relações de trabalho, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. Nas palavras da autora:

Tomando por base o próprio Marx, não há uma explicação completa de porquê *apenas* a luta econômica por salários e benefícios no local de trabalho pode ser chamada de luta de classes. Todo movimento social e político que “tende” para a direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou que vai no sentido de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes. Uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e da dissolução das comunidades proletárias nos últimos quarenta anos foi a perda, na prática, dessa percepção da totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho (Bhattacharya, 2023, p. 142-143).

Assim, as lutas por melhores condições de vida, recursos naturais, direitos humanos, moradia, meio ambiente, contramedidas de austeridade e violência policial devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. De acordo com a autora, incorporar a luta de classes como um elemento fundamental e determinante para a extensão e qualidade da reprodução social do trabalhador permite compreender o verdadeiro significado da noção marxista de diferença dentro da classe. Bhattacharya (2023) afirma que entender a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho nos ajuda a compreender como o destino concreto do trabalho total da sociedade é socialmente organizado de maneira generificada e racializada. “O processo de acumulação, portanto, não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias, que por sua vez, agem sobre a forma determinada de extração de trabalho excedente” (Bhattacharya, 2023, p. 146-147).

A autora defende, uma reconsideração do conceito de classe trabalhadora: “a classe trabalhadora é composta por todas as produtoras que, durante a vida inteira, participaram da totalidade da reprodução da sociedade, independente de esse trabalho ter sido pago pelo capital

² A guerra dietética regular da classe ocorreu durante o século XVIII, quando parte dos trabalhadores na Grã-Bretanha foi submetida a uma dieta de batatas, opção mais barata que o trigo, de modo que o custo de sua alimentação caiu, barateando o trabalho como um todo. O barateamento do trabalho aumentou a mais-valia no ponto de produção e, portanto, beneficiou os chefes. O problema foi que a classe dominante no geral tentaram forçar os trabalhadores a abandonarem a dieta do pão pela batata, buscando assim, fazer com que os trabalhadores sobrevivessem com os mais baixos salários (Bhattacharya, 2023, p. 141).

ou permanecer não remunerado” (Bhattacharya, 2023, p. 147). O objetivo desta reconsideração é restaurar um sentido de totalidade social à noção de classe, e partir daí reformular a percepção geral da classe trabalhadora sobre a arena da luta de classes – o que inclui seus laços de solidariedade. Conforme Bhattacharya (2023), esse aspecto se torna ainda mais relevante após quarenta anos de regulação neoliberal, que resultaram em um assombroso declínio nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

A Teoria da Reprodução Social (TRS) emerge como uma abordagem essencial para a compreensão das dinâmicas de opressão e exploração dentro do capitalismo, destacando a interdependência entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho. Ao longo do artigo, observou-se como a TRS desafia a separação tradicional entre esfera produtiva e reprodutiva, evidenciando que o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado e desvalorizado, é fundamental para a manutenção do sistema capitalista. A análise do trabalho doméstico, tanto remunerado quanto não remunerado, revelou a sua centralidade na reprodução da força de trabalho, garantindo a continuidade do processo de acumulação de capital. Autoras como Silvia Federici e Tithi Bhattacharya demonstram que a exploração das mulheres no trabalho reprodutivo não é um resquício de sistemas anteriores ao capitalismo, mas sim uma característica estruturante do próprio sistema, que se apropria desse trabalho sem a devida compensação.

1168

Além disso, a TRS permite compreender como as opressões de gênero, raça e classe são coproduzidas dentro do capitalismo, não sendo meras manifestações secundárias, mas elementos fundamentais da exploração da classe trabalhadora. A precarização do trabalho reprodutivo, especialmente no caso das trabalhadoras domésticas, ilustra essa dinâmica, onde a desvalorização e a informalidade reforçam as hierarquias sociais e econômicas.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade de incorporar a luta pelo reconhecimento do trabalho reprodutivo às estratégias mais amplas de resistência ao capitalismo. O reconhecimento da centralidade do trabalho reprodutivo implica não apenas a valorização dessas atividades, mas também a criação de políticas públicas que reduzam a sobrecarga sobre as mulheres e promovam uma distribuição mais equitativa das responsabilidades de cuidado.

Assim, a TRS contribui significativamente para o entendimento das contradições do capitalismo, ao demonstrar que a exploração do trabalho produtivo não pode ser separada da reprodução social. Dessa forma, ao reivindicar a valorização do trabalho reprodutivo e sua inclusão na luta de classes, a TRS aponta para caminhos que buscam uma sociedade mais justa e igualitária, onde a produção da vida seja colocada no centro das relações sociais, e não apenas a produção de mercadorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019

HOPKINS, Carmen Teeple. Muito trabalho, pouco lazer: reprodução social, migração e trabalho doméstico remunerado em Montreal. In: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023. p. 209 – 233. 1169

LEBOWITZ, Michael. **Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class**. 2^a ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2003

ORAN, Serap Saritas. Aposentadoria, pensões e reprodução social. In: Org. BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

SORATTO, Lucia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. Tese de doutorado em psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão das mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Editora Expressão popular, 2022.